



fornecer produto de natureza intelectual para uso do órgão ou entidade contratante com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão.

12. A auditoria também teve por objetivo verificar se os contratos de consultoria e assemelhados, firmados pela administração pública, estão de acordo com a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em particular quanto à observância da destinação de recursos e vedações.

13. O quadro a seguir apresenta os processos selecionados para análise e a síntese das principais falhas e irregularidades verificadas durante os trabalhos de auditoria:

Ato Administrativo	Descrição das falhas/irregularidades
PCT/BRA/93/017 firmado com o PNUD em 23/5/94, vigência de 3 anos. Revisado em agosto/96 (revisão F) para estender a vigência até 30/8/98, no valor de US\$ 11.219,037.00.	o documento do projeto PCT/BRA/93/017 não cumpre os procedimentos de celebração previstos pelo Manual de Formulação de Projetos do PNUD e o Manual de Orientação da ABC, não abordando, de forma satisfatória,
A revisão J prorrogou a vigência até 04/11/98. A revisão K prorrogou-a até 30/6/99. PCT/BRA/99/010 firmado com o PNUD em 1/7/99, vigência até 30/6/2002. Fundamento Legal:	os seguintes temas: avaliação de capacidade da agência executora; razões para cooperação PNUD no setor específico; recursos nacionais (humanos e financeiros) que estão comprometidos com a consecução do projeto; qualificação das entidades co-participantes (II-CA e FAO) bem com a forma de sua participação; indicadores por resultado/atividade na descrição dos objetivos; relação dos insumos; riscos e obrigações prévias; gestão, monitoramento
	e avaliação do projeto; não há nos processos a indicação da publicação, no Diário Oficial da União, dos extratos relativos à celebração dos presentes acordos e suas revisões; as ações desempenhadas no período de ago/97 a dez/98,
	relacionadas nos relatórios de atividades, não estão de acordo com aquelas constantes dos planos de trabalho, ocorrendo repetições, continuações não justificadas e descrições diferentes para ações similares;
	administração orçamentária e financeira do projeto de cooperação com diversas falhas/irregularidades, tais como: ausência de previsão de custos por atividade, contemplando os insumos; quanto aos treinamentos realizados,
	não há descrição dos orçamentos que contemple o custo por treinando, dificultando a análise de custo x benefício; liberação financeira antecipada com base no plano de trabalho apresentado
	não havendo o cotejamento dos saldos das planilhas de gastos juntadas ao relatório de atividades executadas; inclusão de gastos com equipamentos no grupo de despesas correntes;
	alocação indireta de pessoal para desempenho de atividades constantes do plano de cargos do INCRA, e de atividades por natureza indelegáveis pelo administrador público,
Acordo Internacional firmado entre o Brasil e a ONU (Decreto n.º 59.308, de 23/9/66, e Decreto n.º 52.288, de 24/7/63).	
	desvirtuando-se os objetivos básicos do Acordo Internacional entre o governo brasileiro e a ONU; ocorrências de pagamentos por serviços de consultoria a contratados pelo PNUD, integrantes dos quadros da administração pública,
	Contrariando a legislação aplicável, em especial, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
	inclusão de gastos de capacitação envolvendo consultores de outros projetos; ausência de prestação de contas dos custos incorridos por atividade;
	prorrogação do projeto sem a devida prestação de contas e sem a avaliação dos resultados alcançados; pagamento de atividades já atestadas em relatórios anteriores;
PCT/UTF/BRA/036/BRA firmado com a FAO em 16/11/93. Revisado pela Emenda n.º 01, em 8/8/94, valor US\$ 906,260.00,	A Emenda n.º 4, de maio/98, não segue os procedimentos previstos no Manual de Orientação da ABC para celebração de projetos. Não apresenta de forma satisfatória os seguintes temas:
Emenda n.º 02 , de 30/1/96, valor US\$ 619.000.00, Emenda n.º 03, de 14/10/96, valor US\$ 1,199,894.00. A Emenda n.º 04, de 1/6/98, prorrogou a vigência do PCT até 31/7/98.	Avaliação da capacidade da agência executora; Razões para cooperação com a FAO no setor específico; Indicação dos recursos nacionais (humanos e financeiros) que estão comprometidos com a consecução do projeto;

	Qualificação das entidades co-participantes (II-CA) bem como a forma de sua participação; Indicadores por resultado/atividade na descrição dos objetivos; Relação dos insumos; Riscos e obrigações prévias;
PCT/UTF/BRA/051/BRA firmado em 28/7/98, com vigência até 31/12/99. Fundamento Legal: Acordo Internacional firmado entre o Brasil e a ONU (Decreto n.º 59.308, de 23/9/66,	
e Decreto n.º 52.288, de 24/7/63).	Gestão, monitoramento e avaliação do projeto; Não foi publicado extrato relativo à Emenda n.º 4 no DOU;
	O orçamento da Emenda n.º 4 (fl. 11, vol. V) ilustra a aplicação de recursos para pagamento de despesas com pessoal estrangeiro e viagens internacionais.
	Este procedimento contraria o art. 3.º, §1.º do Acordo Básico entre o Brasil e a ONU, consignado no Decreto n.º 59.308/66; Ausência da devida prestação de contas para o período de março a julho/98.
	Não foram apresentadas as planilhas analíticas de controle de gastos e o relatório de atividades. O relatório de cumprimento do objeto, avaliando os resultados alcançados, foi intempestivo;
	Ausência de autorização ou aprovação do Congresso Nacional para o Acordo específico firmado entre o governo brasileiro e a FAO,
	no qual o INCRA se baseou para formalizar o projeto de cooperação técnica UTF/BRA/051/BRA;
	O orçamento constante do PCT/UTF/BRA/051/BRA apresenta aplicação de recursos para pagamento de despesas com pessoal estrangeiro e viagens internacionais.
	Este procedimento contraria o art. 3.º, §§1.º e 2.º, bem como o art. 4.º, §4.º do Acordo Básico entre o Brasil e a ONU, consignado no Decreto n.º 59.308/66;
	Ausência da devida prestação de contas para o período de agosto a novembro/98. Não foram apresentadas as planilhas sintéticas de controle de gastos e o relatório de atividades,
	bem como a posição bancária discriminando os rendimentos financeiros auferidos. O relatório de cumprimento do objeto, que avalia os resultados alcançados, foi apresentado após o prazo legal;
	Ocorrências de pagamentos por serviços de consultoria à contratados pela FAO, integrantes dos quadros da administração pública, contrariando a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
PCT/BRA/IICA/001/96 firmado com o II-CA em 27/12/96, vigência de 30 meses. Revisão n.º 1 em maio/98 para estender a vigência até 31/12/99 e o orçamento R\$ 2.818.200,00 para R\$ 11.198.542,90.	O documento Revisão n.º 1 do projeto BRA /IICA/001/96, de maio/98, não segue os procedimentos para celebração previstos no Manual de Orientação da ABC (fls. 103/133, vol. I),
	tampouco o Roteiro para a Formulação de Projetos do próprio IICA (fls. 250/295, vol. I); Ausência de autorização ou aprovação do Congresso Nacional para os Acordos específicos firmados entre o governo brasileiro e o IICA,
	que formalizam o projeto de cooperação técnica BRA/IICA/001/96 com o INCRA;
	Superposição e duplicidade de serviços de consultoria contratados junto aos organismos internacionais que mantêm acordo de cooperação técnica com o INCRA (IICA, FAO e PNUD).
	Conduta que caracteriza desvio de finalidade e desvirtuamento dos papéis desempenhados pelos consultores alocados, confundindo-se com as atribuições institucionais da própria estrutura da entidade pública;
	As prestações de contas do PCT INCRA/IICA estão incompletas e foram intempestivas,
	bem como o relatório de atingimento de objetivos não apresentam dados ou informações sobre a regular aplicação dos recursos públicos alocados ao projeto,
	confrontando-se o orçamento proposto com a movimentação financeira realizada;
	O Plano de Trabalho apresentado no convênio n.º CRT/DF/64.002/96, e nos seus Termos Aditivos, não obedece aos requisitos para celebração exigidos pela Lei n.º 8.666/93 e pelas INs n.º 02/93 e 01/97 da STN/MF;
Quatro Planos Operativos no período de jan/97 a dez/99. Revisão n.º 2 em out/99 p/ aumento do orçamentária e ampliação da vigência.	
Fundamento Legal: Acordo Internacional firmado entre o Brasil e o IICA (Decreto n.º 361, de 10/12/91).	

CRT/DF/64.002/96 firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26/12/96, com vigência de 3 anos, valor R\$ 7.500.000,00. 1.º Termo Aditivo (convênio n.º CRT/DF/64.010/96),	As prestações de contas parciais dos exercícios de 1997 e 1998 além de incompletas, foram apresentadas após o prazo legal. Há divergências de valores dos relatórios apresentados. Novas liberações de recursos foram feitas, sem a devida prestação de contas do período anterior, contrariando a legislação aplicável; Pagamento de taxa de administração para o conveniente.
em 14/12/98, p/allocar recursos do orçamento de 1998, no valor de R\$ 900.000,00.	Utilização de Carta Reversal para pactuar remuneração ao conveniente. Aplicação financeira dos recursos recebidos em desacordo com a legislação aplicável (IN/STN/n.º 02/93 e 01/97). Obs.: O INCRA firmou convênios similares a este com o Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pelos instrumentos CRT/DF/63.006/96 (processo n.º 2828/96-01) e CRT/DF/66.005/96 (processo n.º 2786/96-55), respectivamente. Esses convênios também sofreram aditamentos, a exemplo do convênio CRT/DF/64.002/96-BB. Nos seus processos foram detectadas irregularidades similares às encontradas no convênio em tela.
2.º Termo Aditivo (convênio n.º CRT/DF/64.029/96), em 23/3/99, p/allocar recursos do orçamento de 1999, no valor de R\$ 900.000,00. 3.º Termo Aditivo (convênio n.º CRT/DF/64.037/96),	a exceção da percepção de remuneração(taxa de administração)/pelos agentes financeiros, que pela lei teriam isonomia de tratamento com o BB.As transferênciasderecursosrealizadas aos convênios em questão estão relacionadas no Anexo VI.
em 27/9/99, p/allocar recursos do orçamento de 1999, no valor de R\$ 3.500.000,00. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93, Decreto n.º 93.872/86 e IN/SN/n.º 2/93 e 1/97.	

14. Após o detalhamento das falhas encontradas (fls. 14/51), a equipe submeteu os autos à consideração superior, com as propostas de encaminhamento apresentadas às fls. 52/56.

15. A Diretora da 1.ª Divisão Técnica manifestou-se de acordo com as propostas da equipe de auditoria, sugerindo que as determinações deveriam ser proferidas no julgamento dos autos (fl. 93).

16. O Titular da 5.ª SECEX, em seu Despacho (fls. 94/102), teceu algumas considerações com relação às propostas da equipe e as correções sugeridas pela Diretora. Em especial, o Despacho contém comentários quanto a dois pontos: a identificação dos responsáveis pelas impropriedades e a inclusão de gestores não-pertencentes ao quadro do ministério no rol de responsáveis. Concluindo, o Secretário da 5.ª SECEX firmou proposta (fls. 99/102) a este Relator.

17. Presentes os autos no Gabinete, determinei a realização das providências solicitadas (fl. 103), quais sejam: audiência dos responsáveis, diligência à Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e envio de cópia do relatório de auditoria à 3.ª SECEX e à antiga Saudi.

18. O relatório de auditoria foi enviado à 3.ª SECEX e à antiga Cofis (Coordenação que sucedeu a Saudi, na época do Despacho) por meio, respectivamente, dos memorandos n.º 477/2000 (fl. 104) e n.º 478/2000 (fl. 105).

19. A diligência foi realizada por meio do Ofício n.º 429, da 7.ª SECEX (fl. 126) e atendida por intermédio dos Ofícios n.º 397/MP/SE (fl. 151) e n.º 451/MP/SE (fls. 236/238), acompanhado dos documentos de fls. 239/241.

20. As audiências foram realizadas por meio dos Ofícios n.º 409, 416 a 424, 426 e 427 (fls. 106/124) e atendidas, em conjunto, por intermédio dos documentos de fls. 152/235.

21. As justificativas apresentadas foram devidamente analisadas na instrução de fls. 242/262, de cujo teor faço resumo:

21.1 Ocorrência - Os projetos de cooperação técnica (PCT) BRA/93/017-Revisão de Agosto/96, UTF/BRA/036/BRA-Emenda 4 e BRA/IICA/001/96-Revisão n.º 1 firmados entre o INCRA e os organismos internacionais PNUD, FAO e IICA, respectivamente, apresentaram vícios na formalização e na publicidade, contrariando o art. 116 da Lei n.º 8.666/93, os arts. 3.º e 4.º do Decreto n.º 59.308/66, os capítulos 5 e 10 da IN/INCRA/n.º 18/97 e os próprios Manuais e Procedimentos de formalização de projetos dos Organismos Internacionais e da ABC/MRE.

Justificativa (PCT firmados com o PNUD e a FAO) - A cooperação técnica internacional com as Nações Unidas foi institucionalizada por meio de Decreto Legislativo. Em face das normas aplicáveis à espécie e da ampla publicidade ao Decreto Legislativo, entende-se que os acordos institucionais não se circunscrevem aos mesmo ditames dos contratos administrativos sob a égide da Lei n.º 8.666/93.

Justificativa (PCT firmado com o IICA) - Os temas indicados no relatório de auditoria como ausentes no documento de Revisão do PCT são aqueles requeridos para a Formulação de Projetos de Cooperação. Os procedimentos e roteiro previstos pela ABC e pelo IICA para formulação de documentos de Revisão são distintos dos previstos para a Formulação de Projetos de Cooperação.